IGOR BIMKOWSKI ROSSONI

**AÇÃO RESCISÓRIA E RECURSOS DE SOBREPOSIÇÃO:
POR UMA ANÁLISE DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO FUNDADAS NA
VIOLAÇÃO À NORMA NO SISTEMA PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO**

Tese de doutorado

Orientador: Professor Associado Dr. Ricardo de Barros Leonel

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO-SP

2017

IGOR BIMKOWSKI ROSSONI

**AÇÃO RESCISÓRIA E RECURSOS DE SOBREPOSIÇÃO:
POR UMA ANÁLISE DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO FUNDADAS NA
VIOLAÇÃO À NORMA NO SISTEMA PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Associado Dr. Ricardo de Barros Leonel.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO-SP

2017

BANCA EXAMINADORA:

Orientador:

Professor Associado Dr. Ricardo de Barros
Leonel

Professor Arguidor:_____

Professor Arguidor:_____

Professor Arguidor:_____

Professor Arguidor:_____

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese para a obtenção do título de Doutor em Direito é uma verdadeira Odisséia. Quem chega ao seu final, durante o seu percurso, experimentou os mais variados sentimentos, que vão desde a angústia ao êxtase.

Assim como Ulisses sempre estava rodeado de soldados e amigos para conseguir retornar à Atenas – sem os quais certamente teria ficado pelo caminho – um aluno de doutorado nunca obteria seu título se também não estivesse cercado de pessoas que o apoiaram nessa aventura própria. Chegando ao final dessa peculiar aventura, faz-se necessário agradecer àqueles que permitiram isso se concretizasse.

Agradeço aos professores da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em especial aos Prof. Luis Flávio Yarshell e José Carlos Baptista Puoli, que compuseram a banca de qualificação, fazendo importantes observações sobre o projeto apresentado. Agradeço ainda aos Prof. José Rogério Cruz e Tucci, Heitor Sica e Humberto Ávila, por terem me recebido, indicado bibliografia e discutido o então projeto que se esboçava. Agradeço ainda ao meu orientador, Prof. Ricardo de Barros Leonel pela confiança depositada e orientação segura. A eles atribuo a sabedoria necessária para a jornada percorrida.

Mas não basta sabedoria para se terminar uma jornada. É necessário perseverança. Nesse sentido, há os amigos que, por um lado, não permitem que se desista da aventura, e, por outro lado, a tornam menos fatigante. Agradeço, assim, aos amigos de pós-graduação da FADUSP, aos amigos da graduação da UFRGS, aos amigos de escritório. Todos eles, a seu jeito, tornaram possível a elaboração da presente tese.

Por fim, devo agradecer a meus pais e irmãos, que entenderam os momentos de ausência e viagens menos constantes para Porto Alegre. Além deles, agradeço especialmente à Taís, que está ao meu lado, mesmo à distância, seja nos momentos tristes, seja nos felizes, desde os tempos de colégio. A estes, meu especial muito obrigado.

RESUMO

ROSSONI, Igor Bimkowski. *Ação rescisória e recursos de sobreposição: por uma análise das hipóteses de cabimento fundadas na violação à norma no sistema processual civil brasileiro*. 2017. f. 299 Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O sistema processual de um determinado ordenamento jurídico é resultado de um longo processo de evolução histórico-cultural. O direito processual brasileiro ainda conserva muitas características advindas da influência portuguesa, especialmente no sistema recursal. Nesse sentido, muitas situações somente são legitimadas a partir do ponto de vista da tradição. Isso ocorre com a sobreposição de meios de impugnação. Para demonstrar tal fato, em um primeiro momento foram analisadas as principais características dos meios de impugnação. No segundo capítulo foi demonstrada a importância da lei para a organização do Estado e seu sistema recursal, analisando-se ainda a evolução histórica da proteção da lei no sistema brasileiro e o sistema italiano e alemão no que diz respeito à hipótese de violação à norma jurídica. O capítulo seguinte foi dedicado a apreciar as características que aproximam e diferenciam o RE, o REsp e a ação rescisória. No quarto capítulo foram apreciados os critérios que poderiam ser utilizados para diferenciar a violação à norma jurídica que permite o uso do RE e REsp da violação à norma jurídica que dá azo à ação rescisória. Por fim, constatado que inexistia critério seguro para tal distinção, propuseram-se alterações interpretativas de forma a racionalizar e aprimorar o sistema existente, bem como se apresentou sugestão de alteração do direito positivo para este fim.

Palavras-chave: Ação rescisória. Recursos de sobreposição.

ABSTRACT

ROSSONI, Igor Bimkowski. *Rescissory action and superposition appeals: an analysis of hypothesis of acceptance founded on law violation in the brazilian civil procedural system*. 2017. f. 299. Thesis (doctorate degree) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The procedural system of a certain legal order is a result of a long process of historical and cultural evolution. The Brazilian procedural law still retains many characteristics that have arisen from portuguese influence, especially in the appeal system. In this sense, many situations are justified solely on the perspective of tradition. This occurs with overlapping means of impugnation. To demonstrate the influential results, at a first moment, the principle characteristics of means of impugnation were analyzed. In the second chapter, the study demonstrated the importance of law for State organization and its appeal system, examined the historical evolution of law protection in the Brazilian system and analyzed the Italian and German systems in relation to the hypothesis of legal norm violation. The next chapter was dedicated to evaluate the characteristics that approach and differentiate RE, REsp and rescissory action. The fourth chapter evaluates the criteria that could be used to differentiate the legal norm violation that permits use of RE and RESP from the legal norm violation that entails rescissory action. Lastly, after verification of the inexistence of a reliable criterion for the aforementioned differentiation, interpretative alterations were proposed in a manner that rationalizes and improves the existing system, as well as a suggestion of alteration to statutory law for this objective.

Keywords: Rescissory action. superposition appeals

RIASSUNTO

ROSSONI, Igor Bimkowski. Azione di rescissione e ricorse superiori: un'analisi delle ipotesi di ammissibilità fondata sulla violazione della norma nel sistema processuale civile brasiliano. 2017. f. 299. Tesi (Ph. D) – Facoltà di Giurisprudenza, Università di São Paulo, São Paulo, 2017.

Il sistema procedurale appartenente ad un sistema giuridico è il risultato di un lungo processo di evoluzione storica e culturale. Il diritto processuale brasiliano conserva ancora molte caratteristiche derivanti dalla influenza portoghese, in particolare nel sistema di mezzi di impugnazione. Pertanto, molte situazioni sono legittime solo dal punto di vista della tradizione. Ciò si verifica con i mezzi sovrapposte di impugnazione. Per dimostrare questo fatto, in un primo momento abbiamo analizzato le principali caratteristiche dei mezzi di impugnazione. Nel secondo capitolo è stato dimostrato l'importanza della legge per l'organizzazione dello stato e del suo sistema di ricorso, fu studiato l'evoluzione storica di protezione della legge del sistema brasiliano e fu analizzato il sistema italiano e tedesco sulla possibilità di violazione delle norme giuridica. Il capitolo seguente è dedicato a godere delle caratteristiche che differenziano e avvicinano il RE, il RESP e l'azione di rescissione. Nel quarto capitolo sono stati apprezzati i criteri che potrebbero essere utilizzati per differenziare la violazione della norma di legge che consente l'utilizzo di RE e di REsp della violazione della norma di legge che dando luogo l'azione di rescissione. Infine, dopo aver scoperto che non esiste criterio affidabile per questa distinzione, è stato proposto modifiche interpretative al fine di razionalizzare e migliorare il sistema esistente, e si è suggerito il cambiamento del diritto positivo per questo scopo.

Parole chiave: Azione di rescissione. ricorse superiori.

SUMÁRIO

1. A IMPORTÂNCIA DA NORMA NA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JURISDICIONAL E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	15
2. CONTRIBUIÇÃO ORIGINAL À CIÊNCIA JURÍDICA BRASILEIRA	20
3. PLANO DE TRABALHO	22

I. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA CIVIL

1. GENERALIDADES	24
2. CAUSA DA IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES (DO QUE SE IMPUGNA)	25
3. FORMAS DE VÍCIO DA DECISÃO (POR QUAL O FUNDAMENTO SE IMPUGNA)	28
4. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO (POR QUE MEIO SE IMPUGNA)	35
4.1. Recurso	36
4.2. Ação de impugnação	40
4.3. Sucedâneo recursal	43
5. CARACTERÍSTICAS DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	45
5.1. Fundamentação para a impugnação	46
5.1.1. Livre	47
5.1.2. Vinculada (tipicidade)	48
5.2. Cognição	53
5.2.1. Formas de cognição	55
a) Plena e parcial (plano horizontal)	56
b) Exauriente e sumária (plano vertical)	59
5.3. Objeto de cognição	63
5.3.1. Questão de fato	64
5.3.2. Questão de direito	68
5.4. Etapas da cognição	70
5.4.1. Juízo rescindente (<i>iudicium rescindens</i>)	72
5.4.2. Juízo rescisório (<i>iudicium rescisorium</i>)	77

6. EFEITOS DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	85
6.1. Efeito devolutivo	86
6.2. Efeito substitutivo	93
6.3. Efeito suspensivo	107
6.4. Efeito obstativo	110
7. FUNÇÕES DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	114
7.1. Proteção ao direito subjetivo	117
7.2. Proteção ao direito objetivo	120
8. CONCLUSÃO PARCIAL	124

II. PRIMAZIA DA PROTEÇÃO À LEI NO SISTEMA DE MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

1. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E FUNÇÃO JURISDICIONAL	125
1.1. Fundamento normativo e função do princípio da legalidade	130
1.2. Formas de vinculação do juiz à norma jurídica	132
1.3. Formas de violação à norma jurídica	135
1.3.1. Contradição à norma jurídica	135
1.3.2. Negação de vigência à norma jurídica	136
2. ORGANIZAÇÃO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL E O DIREITO OBJETIVO	138
2.1. Formação do Estado português e direito objetivo	139
2.2. Revolução Francesa e direito objetivo	143
3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA IMPUGNAÇÃO DA SENTENÇA POR VIOLAÇÃO À NORMA NA TRADIÇÃO BRASILEIRA	145
3.1. Ordenações Filipinas	146
3.2. Lei de 18 de setembro de 1828 – Criação do Supremo Tribunal de Justiça	149
3.3. Decreto de 19 de Maio de 1832 e Lei de 19 de Novembro de 1843	151
3.4. Decretos n.º 737 de 1850 e Decreto n.º 763 de 1890	154
3.5. Código de Processo Civil de 1939	158
3.6. Código de Processo Civil de 1973	160
3.7. Código de Processo Civil de 2015	161

4. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO POR VIOLAÇÃO À NORMA NO DIREITO ESTRANGEIRO	162
4.1. Itália	163
4.1.1. <i>Ricorso per cassazione</i>	163
4.1.2. <i>Acione rivocatoria</i>	165
4.2. Alemanha	167
4.2.1. <i>Revision</i>	168
4.2.2. Revisão do Processo (<i>Wiederaufnahme des Verfahrens</i>)	169
a) Demanda de nulidade (<i>Nichtigkeitsklage</i>)	170
b) Demanda de restituição (<i>Restitutionsklage</i>)	170
5. CONCLUSÃO PARCIAL	172
 III. RECURSO ESPECIAL, RECURSO EXTRAORDINÁRIO E AÇÃO RESCISÓRIA	
1. DUALIDADE NA FORMA DE IMPUGNAÇÃO À DECISÃO JUDICIAL CONTRÁRIA À NORMA NO SISTEMA BRASILEIRO	173
2. CARACTERÍSTICAS DIFERENCIADORAS	174
2.1. Natureza jurídica	174
2.2. Requisitos de admissibilidade	175
2.2.1. Prequestionamento	175
2.2.2. Esgotamento dos recursos	178
2.3. Coisa julgada	182
2.4. Matéria objeto de impugnação	184
3. CARACTERÍSTICAS COMUNS	187
3.1. Fundamentação vinculada	187
3.1.1. Hipótese de cabimento: violação à norma jurídica	189
3.2. Divisão do julgamento em etapas	190
3.2.1. Juízo rescindente (<i>iudicium rescindens</i>)	192
3.2.2. Juízo rescisório (<i>iudicium resisorium</i>)	193
3.3. Limitação à cognição	195
3.3.1. Limitação à questão jurídica e exclusão da questão fática	196
3.4. Finalidade	203

4. CONCLUSÃO PARCIAL	207
----------------------	-----

IV. VIOLAÇÃO À NORMA COMO CRITÉRIO DISTINTIVO DO RECURSO ESPECIAL, RECURSO EXTRAORDINÁRIO E AÇÃO RESCISÓRIA?

1. TIPOS DE VIOLAÇÃO À NORMA RECONHECIDA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	209
2. CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DA VIOLAÇÃO À NORMA JURÍDICA	214
2.1. Critério temporal – alteração de entendimento dominante	215
2.1.1. Alteração de entendimento antes do trânsito em julgado	217
<i>a) Novo precedente persuasivo</i>	220
<i>b) Novo precedente vinculante</i>	222
2.1.2. Alteração de entendimento após o trânsito em julgado	224
<i>a) Novo precedente persuasivo</i>	229
<i>b) Novo precedente vinculante</i>	230
2.2. Critério material – espécie de norma jurídica violada	237
2.3. Critério quantitativo – grau de violação da norma jurídica	240
3. CONCLUSÃO PARCIAL	244

V. PROPOSTA PARA A RACIONALIZAÇÃO E O APRIMORAMENTO DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO FUNDADOS NA VIOLAÇÃO À NORMA JURÍDICA

1. COMPREENSÃO DAS FINALIDADES DO PROCESSO E ADEQUAÇÃO DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	247
2. COLISÃO DE PRINCÍPIOS	251
2.1. Justiça e igualdade vs segurança jurídica	251
2.2. Supremacia da Constituição vs segurança jurídica	255
3. PROPOSTA <i>DE LEGE LATA</i> PARA RACIONALIZAÇÃO DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO FUNDADOS NA VIOLAÇÃO À NORMA	257
3.1. Requisitos para admissão da ação rescisória fundada em violação à norma jurídica	259
3.1.1. Causalidade	259
3.1.2. Subsidiariedade	260
3.2. Requisitos para admissão da ação rescisória fundada em alteração de entendimento do STF	269

3.3. Recurso da decisão que julga a ação rescisória e relação jurídica decidida	270
4. PROPOSTA <i>DE LEGE FERENDA</i> DE RACIONALIDADE DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO FUNDADO NA VIOLAÇÃO À NORMA JURÍDICA	275
4.1. Fim da duplicidade de meios de impugnação fundada em violação à norma jurídica	275
 VI. CONCLUSÃO	 278
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	282

ABREVIATURAS

ADC	Ação Direta de Constitucionalidade
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AgInt no AREsp	Agravo Interno no Agravo no Recurso Especial
AgInt no REsp	Agravo Interno no Recurso Especial
AgRg no REsp	Agravo Regimental no Recurso Especial
AgResp	Agravo em Recurso Especial
AR	Ação Rescisória
AR AgR	Agravo Regimental na Ação Rescisória
BVerfGG	<i>Gesetz über das Bundesverfassungsgericht</i>
BGH	<i>Bundesgerichtshof</i>
CC/16	Código Civil de 1916
CC/02	Código Civil de 2002
CF/37	Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937
CF/46	Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946
CF/69	Constituição da República Federativa do Brasil de 1967
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CPC/39	Código de Processo Civil de 1939
CPC/73	Código de Processo Civil de 1973
CPC/15	Código de Processo Civil de 2015
CPP	Código de Processo Penal
CRI	<i>Costituzione della Repubblica Italiana</i>
EInf na AR	Embargos infringentes na Ação Rescisória
ED-EDv-AgR-	Embargos de Declaração no Agravo Regimental nos Embargos de
ED RE	Divergência nos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário
EResp	Embargos de Divergência em Recurso Especial
GG	<i>Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland</i>
GLO	<i>Group Litigation Order</i>
GVG	<i>Gerichtsverfassungsgesetz</i>
HC	HC

IRDR	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
JECC	Juizados Especiais Cíveis e Criminais
KapMug	<i>Kapitalanleger-Musterverfahrensgesetz</i>
LEF	Lei de Execuções Fiscais
LEC	Ley de Enjuiciamiento Civil
LINDB	Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro
LOMAN	Lei de Organização da Magistratura Nacional
MS	Mandado de Segurança
REsp	Recurso Especial
RE	Recurso Extraordinário
RHC	Recuso ordinário em HC
RISTF	Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal
RISTJ	Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça
RMS	Recurso ordinário em Mandato de Segurança
STE	Superior Tribunal Eleitoral
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STM	Superior Tribunal Militar
TJ	Tribunal de Justiça Estadual
TJRS	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
TJSP	Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF	Tribunal Regional Federal
TST	Tribunal Superior do Trabalho
ZPO	<i>Zivilprozessordnung (Deutschland)</i>

INTRODUÇÃO

1. A IMPORTÂNCIA DA NORMA NA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JURISDICIONAL E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

Na evolução cultural de uma determinada sociedade — e, aqui, inclui-se também a evolução da ciência jurídica — percebe-se, à exceção de rupturas revolucionárias, um movimento pendular em relação aos valores que a norteiam. Com o advento do Estado Constitucional¹, em sucessão ao Estado de Direito², hoje já não resta mais dúvida de que, cada vez mais, o primado da segurança jurídica cede passo lentamente à justiça, entendida como justiça em geral e justiça do caso concreto³. Essa alteração de eixo, da segurança para a justiça, confirma a relatividade histórico-axiológica dos valores que pautam determinada sociedade em um espaço de tempo⁴.

O pêndulo, todavia, de forma alguma pode chegar a um dos extremos, deixando completamente desprestigiado o valor até então dominante. O ideal de todo o sistema é alcançar uma justa composição entre esses princípios, de modo que sejam alcançados sem o sacrifício de um pelo outro⁵.

Nos ordenamentos jurídicos de tradição ocidental, mais precisamente de tradição romano-germânica, foi atribuída à lei duas funções, que, às vezes, paradoxalmente parecem inconciliáveis entre si: cabe a ela garantir (i) a segurança jurídica e, ao mesmo tempo, (ii) a justiça, tanto no sentido de (ii.a) justiça geral (igualdade), como de (ii.b) justiça do caso concreto (*Suum Cuique Tribuere*)⁶. Nos países de tradição anglo-saxã tal tarefa foi deixada precipuamente aos precedentes judiciais, os

¹ ZAGREBELSKY, Gustavo. *Il diritto mite: Legge diritto giustizia*. Torino: Einaudi, 1992. p. 39 e ss.

² Sobre a crítica à expressão “Estado de Direito”, consulte-se: RAMINA DE LUCCA, Rodrigo. *O dever de motivação das decisões judiciais*. Salvador: Juspodivm, 2015. pp.49-52.

³ ASSIS, Araken de. “Eficácia da coisa julgada inconstitucional.” *Revista Dialética de Direito Processual*, Julho de 2003. p. 18.

⁴ Especificamente sobre a perda de importância da segurança jurídica, em especial da coisa julgada, no cenário jurídico atual, consulte-se: CAPONI, Remo, *L’efficacia del giudicato nel tempo*. Milano: Giuffrè, 1991. p. 378.

⁵ Sobre a proibição de excesso, ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios, da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 4. ed. rev., 2. tiragem. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 97-101.

⁶ Sobre o tema da igualdade geral e justiça particular, consulte-se: ÁVILA, Humberto. *Teoria da igualdade tributária 2ª ed.* São Paulo: Malheiros, 2009. passim.

quais também passam a ter papel de destaque do direito brasileiro através de alterações legislativas⁷.

Vê-se que, a partir do momento em que toda a organização político-jurídico-social do Estado passou a gravitar em torno da lei, principalmente a partir do século XVIII, além da sua elaboração e criação (função legislativa), tornou-se vital a todo ordenamento jurídico *o controle da sua aplicação*⁸. Destaca-se que as comunidades, mesmo as com uma organização institucional menos desenvolvida – nas quais a lei, por diversas razões, não possuía a autoridade que tem hoje –, reconheciam a importância política na aplicação do direito e no controle da aplicação do direito⁹.

Um primeiro nível de exame se dá com a garantia de acesso ao judiciário (art. 5º, XXXV, da CF/88), de forma que se possibilite a tal Poder averiguar e, eventualmente, corrigir, como os privados e a administração pública (função executiva) aplicam a norma jurídica; o segundo nível dá-se na própria aplicação da lei pelas decisões judiciais (função judiciária), isto é, *o controle sobre o controle*, expressão eternizada por Calamandrei¹⁰. Sobre este último enfoque, a forma pela qual se buscou o controle da aplicação da lei nas decisões judiciais foi a partir do desenvolvimento de (a) meios de impugnação contra as decisões judiciais, por meio de uma (b) estrutura hierárquica da autoridade¹¹.

No que concerne aos meios de impugnação, mesmo em sua fase inicial de desenvolvimento, observa-se que a lei já possuía um papel de destaque. Dividiam-se, grosso modo, as formas de impugnação em duas espécies, as relativas (a.1) à justiça da decisão (causas de impugnação) e as atinentes (a.2) à validade da sentença (causas de invalidação)¹². Esta tinha fundamento justamente na inobservância da lei. Vislumbra-se,

7 O legislador brasileiro, através do CPC/15, arts. 926 a 928, alterou sensivelmente a força normativa dos precedentes judiciais, em especial dos tribunais superiores.

⁸ TARELLO, Giovanni. *Storia della cultura giuridica moderna*. Bologna: Il Mulino, 1998. pp. 52-57.

⁹ CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Jurisdição e Poder: (Contribuição para a história dos recursos cíveis)*. São Paulo: Saraiva, 1987. p. 20.

¹⁰ CALAMANDREI, Piero. *La cassazione civile*. Vol. II. In: “*Opere giuridiche volume settimo*”. Napoli, Morano Editore. 1976. p. 26.

¹¹ DAMAŠKA, Mirjan R. *The faces of justice and state authority— a comparative approach to the legal process*. New Haven and London: Yale University Press, 1986. *passim*. As expressões, de difícil tradução para o português, no original, são: “*Organization of Authority: The Hierarchical and the Coordinate Ideals*”

¹² GIUDICEANDREA, Nicola. «*Impugnazioni (diritto processuale civile)*». In: *Novissimo Digesto Italiano*. Vol. VIII, di Antonio Azara e Ernesto Eula. Torino: Unione Tipografica - Editrice Torinese, 1968. p. 390 e ss; CALAMANDREI, Piero. “*La teoria dell'error in iudicando*” nel diritto italiano intermedio.” In: *Opere Giuridiche Volume Ottavo*, 147-244. Napoli: Morano Editore, 1979; “*Sopravvivenza della querela di nullità nel processo civile vigente.*” In: *Opere Giuridiche. Vol. Ottavo*, 515-529. Napoli: Morano Editore, 1979; “*Sulla distinzione tra "error in iudicando" ed "error in procedendo"*.” In:

já aqui, o germe para o posterior desenvolvimento da diferenciação entre questão de fato e questão de direito¹³.

Ao mesmo tempo em que se desenvolveram os meios de impugnação, organizou-se a distribuição de competência entre os juízos de forma escalonada e piramidal¹⁴. Não sem resistência dos poderes locais¹⁵, estruturou-se o aparato judicial em diferentes graus, cada qual recebendo uma função preponderantemente diversa, mas com algo em comum, qual seja, o superior controla o inferior. Essa estrutura, concebida quando da formação dos estados nacionais, perdura até hoje. Assim, por exemplo, no direito brasileiro, cabe ao juiz de primeiro grau instruir e conduzir o processo até a prolação da sentença; os tribunais de apelo (Tribunais de Justiça Estadual, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais da Justiça Militar) são encarregados de efetuar o reexame das questões de fato e de direito produzidas em primeiro grau (*revisio prioris instantiae*)¹⁶; e os tribunais superiores (STF, STJ, TST, TSE e STM) têm por tarefa precípua a análise da violação à legislação de âmbito nacional¹⁷. Com isto, permitiu-se que o grau superior “corrigisse” as inconsistências praticadas pelos graus inferiores, possibilitando que se buscasse alcançar a univocidade de sentido da norma¹⁸.

A preocupação jurídico-política do Estado na correta aplicação da lei por ele posta (questão de direito) sempre foi maior, se comparada com a errônea apreciação dos fatos da causa (questão de fato). A justificativa para tal distinção tem como base os reflexos do vício de julgamento para o ordenamento jurídico. Nesse sentido, a prolação de uma sentença injusta decorrente de um erro do juiz na apreciação do fato da causa

Opere Giuridiche, 285-299. Napoli: Morano Editore, 1979; “*Vizi della sentenza e mezzi di gravame*.” In: *Opere Giuridiche Volume Otavvo*, 245-284. Napoli: Morano Editore, 1979. *passim*.

¹³ Sobre a questão, por todos, CASTANHEIRA NEVES, Alfredo. *Questão de fato – Questão de Direito ou o problema metodológico da juridicidade (ensaio de uma reposição crítica)*. Coimbra: Almedina, 1967. *passim*; CASTANHEIRA NEVES, Alfredo. *Metodologia jurídica: problemas fundamentais*. Coimbra: Coimbra Editora, 1993. pp. 163-176.

¹⁴ TARUFFO, Michele. “Institutional factors influencing precedents.” Em *Interpreting precedents: a comparative study*, por Neil MacCormick, & Robert S. Summers. London: Dartmouth, 1997. p. 437

¹⁵ Sobre a resistência da concentração da jurisdição no direito lusitano, consulte-se: AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Origem e introdução da apelação no direito lusitano*. São Paulo: FIEO, 1976. pp. 99-112.

¹⁶ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *Sobre os limites objetivos da apelação civil*. São Paulo, 1986. p. 19

¹⁷ Sobre a importante distinção entre legislação federal e nacional, por todos: KELSEN, Hans. “*A intervenção federal: (Contribuição à teoria e prática do Estado federativo, com particular atenção à Constituição do Reich alemão e à Constituição federal austríaca)*.” In: *Jurisdição constitucional*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. *passim*.

¹⁸ SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. “A função dos tribunais superiores”. In: *GENESIS - Revista de direito processual civil*, Curitiba, n. 13, 493, julho/setembro de 1999.

(premissa menor) é um inconveniente, em princípio, limitado apenas àquela controvérsia. A decisão sobre a questão de fato não contém uma afirmação geral e aplicável para casos futuros. Já a decisão que contraria um determinado dispositivo legal (premissa maior), do ponto de vista do ordenamento jurídico, possui maior relevância, porque a mesma violação pode ser repetida para outros casos análogos¹⁹.

E, como referido, a história do Direito demonstra que a lei balizou não só o desenvolvimento dos meios de impugnação, mas também da própria estrutura hierárquica da autoridade. Como enfatizado por Pizzorusso, tal forma de arranjo é uma escolha política e não possuiu justificativa na garantia de justiça²⁰. Desde há muito já se sabe, com Ulpiano (D. 49.1.1.), que nem sempre o último que pronuncia a sentença é o que julga melhor²¹.

Tem-se, em resumo, que a lei, a um só tempo, é (α) o principal critério para a aferição da (in)correção das decisões e fundamento para ataque das decisões, bem como (β) parâmetro para a distribuição de competências/funções entre os diferentes graus de jurisdição, no sentido de que cada grau detenha função distinta em relação à aplicação da lei.

O atual sistema recursal brasileiro, compreendido tanto na (a) configuração dos meios de impugnação, como na (b) estruturação e distribuição de competências dos seus tribunais, nada mais é que o resultado dessa longa evolução. No movimento pendular referido anteriormente, verifica-se uma tendência de ampliação da proteção do direito objetivo sob um duplo viés: por um lado, através da atuação legislativa, aumenta-se o número de remédios destinados à sua proteção (v.g., introdução dos arts. 475-J, §1º, e 741, parágrafo único, ambos do CPC/73 e art. 525, §§ 12º e 15, e art. 535, §§ 5º e 8º, do CPC/15); por outro lado, por meio da reinterpretação das normas jurídicas já existentes, alargam-se as hipóteses de cabimento dos referidos remédios processuais. Exemplo disso, no direito brasileiro, foi o movimento de “relativização” da coisa julgada, o qual encontrou adeptos e opositores.

¹⁹ CALAMANDREI. *La cassazione civile*. Vol. II. p. 48, 85.

²⁰ PIZZORUSSO, Alessandro. “*Sul principio del doppio grado di giurisdizione*”. In: *Rivista di Diritto Processuale*, 1978. pp. 42-43.

²¹ No original: “*neque enim utique melius pronuntiat qui novissimus sententiam laturus est*”, In: <http://droitromain.upmf-grenoble.fr/Corpus/d-49.htm#1>, acesso em 04/07/2015.

No direito processual civil brasileiro existem três formas principais de impugnar uma decisão que viola estritamente a norma jurídica: o RE (art. 102, III, da CF/88), o REsp (art. 105, III, da CF/88) e a ação rescisória (art. 485, V, do CPC/73 e art. 966, V, do CPC/15). Todos os três têm, nos respectivos âmbitos de incidência, como hipótese de cabimento, ou a contradição, ou a negação de vigência, ou a declaração de invalidade ou, ainda, a violação de norma jurídica. O critério de aferição da correção da decisão é, em princípio, exclusivamente normativo (norma jurídica), seja em relação ao próprio dispositivo (texto-norma), seja da comparação com outra norma jurídica de grau superior (controle de constitucionalidade). Entretanto, ainda que todos os três possuam elementos comuns como hipótese de incidência, sempre lhes foi atribuída função distinta. Enquanto para o RE e o REsp sempre se firmou que seu escopo é a proteção do ordenamento objetivo, à ação rescisória caberia a tutela do direito subjetivo, não se fazendo distinção entre as diferentes hipóteses de seu cabimento²².

Todos eles, conforme já referido, são cabíveis quando a decisão impugnada viola, em sentido amplo, a norma jurídica; mas o que os diferencia (se é que há alguma diferença)? Uma mesma decisão, se impugnada, sob o mesmo fundamento, por meio de RE ou de REsp (dependendo da norma violada, infraconstitucional ou constitucional) ou por meio de ação rescisória, terá o mesmo desfecho? Em outras palavras: se é julgado procedente um RE ou um REsp com base na violação de uma determinada norma jurídica, também seria julgada procedente uma ação rescisória fundada na mesma violação, e vice-versa?

Vale destacar que mesmo a doutrina que se debruçou sobre as hipóteses de impugnação de estrito direito²³ não teve como preocupação fazer uma análise sistemático-comparativa entre os meios de impugnação, as suas diversas hipóteses e as funções que cada um desempenha no sistema recursal brasileiro. E o mais paradoxal é que, desde a lei de 18 de setembro de 1828, que criou o Supremo Tribunal de Justiça do Império, não mais se questionou a legitimidade da existência de duplo meio de impugnação, ação

²² Contra, Pontes de Miranda, o qual já equiparava a função do recurso extraordinário a da ação rescisória, fundada no art. 485, V, do CPC/73. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado da ação rescisória das sentenças e de outras decisões*. 5ª. ed. corrigida, posta em dia e aumentada. . Rio de Janeiro: Forense, 1976. p. 269.

²³ WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Controle das decisões por meio de recursos de estrito direito e de ação rescisória: recurso extraordinário, recurso especial e ação rescisória: o que é uma decisão contrária à lei?* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. *passim*.

rescisória e recurso de revista, hoje, recursos extraordinários²⁴. Pelo contrário, o CPC/15, como será demonstrado no presente trabalho, vem reforçar a função proteção do direito objetivo para as hipóteses de violação à norma (art. 525, §§ 12 e 15, art. 535, §§ 5º e 8º, e art. 966, V, ambos do CPC/15).

2. CONTRIBUIÇÃO ORIGINAL À CIÊNCIA JURÍDICA BRASILEIRA

Max Weber, ao estudar a legitimidade, identificou três tipos puros de dominação (*Herrschaft*): a de caráter racional, a de caráter tradicional e a de caráter carismático. A primeira, também conhecida como dominação legal (*legale Herrschaft*), funda-se sobre a racionalidade das normas estatuídas; a segunda, dominação tradicional (*traditionale Herrschaft*), baseia-se na crença da correção das tradições vigentes desde sempre; por fim, a última, dominação carismática, (*charismatische Herrschaft*) centra-se na veneração de qualidades extraordinárias de determinada pessoa²⁵.

Ainda que reconheça a inexistência desses tipos puros de dominação no mundo real, Weber tem como pressuposto que a dominação legal parte de normas racionais²⁶. Contudo, se há um setor da sociedade em que a tradição, mais que em outros, possuiu um peso enorme na legitimação de soluções, esse é o ramo jurídico²⁷. Nesse sentido, especialmente no âmbito do Direito, há institutos que somente são explicados do ponto de vista da tradição, vale dizer, as coisas são desse modo e não de outro, pois sempre foram assim. A tradição, conforme pontua Gadamer, é essencialmente conservação; mas isso não quer dizer que as “*tradições que vingaram*” não apresentem certa racionalidade²⁸.

Isto não impede que se analise o fundamento de legitimidade (*Legitimitätsgründe*) de determinado instituto jurídico, perpetuado no tempo pela sua

²⁴ LOBO DA COSTA, Moacyr. *A revogação de sentença*. São Paulo: Ícone, 1995 .pp. 257-258.

²⁵ WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriß d. verstehenden Soziologie*. 5 rev. Aufl. Tübingen: Mohr, 1980. p. 124; na edição brasileira, *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, 4ª ed. 4ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014. p. 141.

²⁶ WEBER, *Wirtschaft und Gesellschaft*. p. 125; na edição brasileira, *Economia e Sociedade*, p. 142.

²⁷ HESPANHA, António Manuel. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milénio*. Coimbra: Almedina, 2012. p. 15.

²⁸ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. 8ª ed. Bragança Paulista: Vozes, 2007. p. 373.

reiterada afirmação, sob o ponto de vista racional. Este é justamente o intento deste trabalho.

Conforme referido anteriormente, convivem, no sistema processual brasileiro, desde a criação do STJ, sem qualquer questionamento, seja doutrinário, seja jurisprudencial, dois meios de impugnação à decisão judicial fundados na violação à norma jurídica. No período monárquico a duplicidade consistia no cabimento de ação rescisória e do recurso de revista por contrariedade à lei; já no período republicano, tem-se a possibilidade de impugnação da decisão por meio de ação rescisória e de RE, e com a CF/88, por meio do REsp.

À doutrina não passou despercebida a semelhança dos institutos, mas nunca foi a fundo na questão. Diante desse quadro, a jurisprudência e a doutrina passaram a tentar estabelecer critérios para diferenciar as hipóteses de cabimento de ação rescisória e, inicialmente, o RE. O STF, em relação ao tema, editou a Súmula 343, que estabelece: *“Não cabe ação rescisória por ofensa a literal dispositivo de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais”*.

Nesse sentido, a Súmula estabeleceu um critério objetivo (temporal), afirmando que, passada em julgado a decisão relativa à questão controvertida nos tribunais, mesmo que, posteriormente, a orientação se consolidasse em sentido oposto, não seria cabível a ação rescisória. Com isso, impedia-se que a ação rescisória se tornasse *“um mero ‘recurso’ com prazo de ‘interposição’ de dois anos”*²⁹. Isso demonstra a preocupação da jurisprudência em tentar restringir o cabimento da ação rescisória.

Todavia, no passo do movimento pendular, em direção à supremacia do texto constitucional (direito objetivo), o próprio STF posicionou-se contrariamente ao referido entendimento. Segundo o seu posicionamento *“[...] é inaplicável a Súmula STF 343, quando a ação rescisória está fundamentada em violação literal a dispositivo da*

²⁹ STJ. REsp 168836/CE, Rel. Ministro Adhemar Maciel, Segunda Turma, julgado em 08/10/1998, DJ 01/02/1999. p. 156

Constituição Federal”³⁰, porque “[...] há violação à Constituição na sentença que, em matéria constitucional, é contrária a pronunciamento do STF”³¹.

Da mesma forma, passou-se a entender que: *“Temas de índole constitucional não se expõem, em função da própria natureza de que se revestem, a incidência do enunciado 400 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. Essa formulação sumular não tem qualquer pertinência e aplicabilidade as causas que veiculem, perante o Supremo Tribunal Federal, em sede recursal extraordinária, questões de direito constitucional positivo. Em uma palavra: em matéria constitucional não há que cogitar de interpretação razoável. A exegese de preceito inscrito na Constituição da Republica, muito mais do que simplesmente razoável, há de ser juridicamente correta”*³². A mesma tendência também foi seguida pelo STJ³³. Atento a esse espírito, o legislador previu, no § 15º do art. 525 e § 8º do art. 535, ambos do CPC/15, a possibilidade de propositura de ação rescisória caso o STF, posteriormente ao trânsito em julgado, considere lei ou ato normativo incompatível com a CF/88³⁴.

Constata-se, por conseguinte, que há uma sobreposição de meios de impugnação fundados na mesma causa que, até o CPC/73, legitimava-se pela força da tradição. O quadro altera-se, contudo, com o CPC/15, que dá novo perfil à ação rescisória fundada na violação à norma (art. 966, V, do CPC/15). A tese aqui apresentada posiciona-se no sentido de que, *de lege lata*, há limites para possibilidade de propositura da ação rescisória e interposição de recursos para os tribunais de sobreposição fundados na violação à norma relativamente à mesma decisão. O trabalho tem por intuito, ainda, demonstrar que – salvo desconfiança do próprio sistema com as decisões proferidas pelo Poder Judiciário – seria mais racional a concentração da hipótese de impugnação fundada em violação à norma jurídica em remédio único, admitindo o ajuizamento da ação rescisória fundada na violação à norma jurídica apenas em determinadas situações bem específicas.

³⁰ STF. RE 564781 AgR, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, julgado em 09/06/2009, DJe-121.

³¹ ZAVASCKI, A *eficácia das sentenças na jurisdição constitucional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p. 134.

³² STF. AI 145680 AgR, Relator(a): Min. Celso De Mello, Primeira Turma, julgado em 13/04/1993, DJ 30-04-1993 pp-07567.

³³ STJ. REsp 1001779/DF, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, julgado em 25/11/2009, DJe 18/12/2009.

³⁴ Art. 525, § 15, do CPC/15: *“Se a decisão referida no § 12 for proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal”*.

3. PLANO DE TRABALHO

O estudo encontra-se dividido em cinco partes principais. A primeira destina-se a descrever, nem sempre por meio de critérios uniformes, as principais características apontadas pela doutrina para os meios de impugnação da sentença cível. A segunda situa a centralidade que a lei (norma jurídica) recebeu nos sistemas jurídicos modernos e a sua importância para a organização das estruturas judiciais; ainda neste capítulo averigua-se a evolução da legislação pátria desde as Ordenações Filipinas, bem como se debruça, brevemente, sobre a legislação de países que mais fortemente influenciam o direito processual civil brasileiro. Ainda que o presente trabalho seja marcado pela constante comparação da ação rescisória fundada na violação à norma, de um lado, e, os recursos extraordinários, do outro, o terceiro capítulo busca analisar, mais detidamente, os pontos em comum e diferenciadores dos institutos. O capítulo seguinte tem por objetivo analisar o fundamento para a impugnação da decisão judicial (violação à norma) e buscar um eventual critério objetivo (subcritério) que justifique a diferenciação entre ação rescisória e recursos extraordinários. A última parte do trabalho constitui uma proposta de racionalização dos meios de impugnação fundado na violação à norma jurídica, seja de *lege lata*, seja de *lege ferenda*.

VI. CONCLUSÃO

O presente trabalho propôs-se a demonstrar a existência da sobreposição dos recursos para os tribunais superiores, RE e REsp (art. 102, III, e art. 105, III, da CF/88), com a ação rescisória na hipótese de violação à norma jurídica (art. 966, V, do CPC/15). Por todo o exposto, pode-se concluir:

1. A ideia da Lei como sinônimo de poder sempre existiu, tendo ela importante papel na configuração dos Estados modernos;

2. Essa ideia decorre, em grande parte, do entendimento segundo o qual a lei e a norma jurídica possuíam uma correspondência biunívoca; onde se lia lei, lia-se norma, e vice-versa;

3. Dada a importância que a lei possui para a organização do Estado, os sistemas de meios de impugnação dedicaram e ainda dedicam especial atenção à hipótese de sua violação;

4. O juiz, como representante do Estado-Juiz, está vinculado ao princípio da legalidade, o qual adquire diversos sentidos;

5. No direito brasileiro a violação à lei é considerada gênero, dos quais são espécie a contrariedade e negativa de vigência a ela;

6. É da tradição do direito brasileiro considerar que a violação à lei (norma jurídica) acarreta algum tipo de invalidade à decisão, sendo admitido, pois, dentro desse modelo, que ela seja atacável mesmo após o trânsito em julgado da decisão;

7. Verifica-se que foi o Decreto 737, de 25 de novembro de 1850, que estabeleceu, pela primeira vez de forma clara, a sobreposição de meios de impugnação fundados na violação à norma jurídica; no caso, esse fato ocorreu com a previsão de cabimento do recurso de revista e da ação rescisória com fundamento na violação à lei;

8. Desde o Decreto 737 todos os diplomas processuais brasileiros reproduziram a sobreposição de meios de impugnação fundados na violação à norma jurídica;

9. Os sistemas processuais dos países analisados não conhecem remédio jurídico para atacar decisão, posteriormente à formação de coisa julgada, fundado em violação à norma jurídica de forma ampla;

10. O que o legislador estrangeiro permite é a revisão de julgados já transitados em julgado por violação à norma jurídica em determinadas situações específicas, mas não de forma geral como no direito brasileiro;

11. Há quatro características principais que diferenciam o RE e o REsp da ação rescisória: natureza jurídica, requisitos de admissibilidade, existência de coisa julgada e matéria objeto de impugnação;

12. Por outro lado, existem cinco atributos principais presentes no RE, o REsp e ação rescisória que os aproximam: fundamentação vinculada, hipótese de cabimento, divisão do julgamento em etapas, limitação à cognição e finalidade;

13. Do balanço entre diferenças e semelhanças, tem-se que, em sua essência, eles são institutos praticamente coincidentes, sendo que a maior diferença se refere à existência da coisa julgada;

14. Relativamente à hipótese de cabimento de cada uma das espécies de meio de impugnação com fundamento na violação à norma jurídica, foram analisados os três critérios objetivos que poderiam diferenciar uma hipótese de violação à norma de outra: critério temporal, critério material e critério quantitativo;

15. Verificou-se que a jurisprudência e a doutrina não utilizam critérios objetivos para diferenciar as hipóteses de cabimento do RE e REsp da hipótese de cabimento da ação rescisória com fundamento na violação à norma jurídica;

16. Diante da ausência de critérios objetivos para diferenciar a violação à norma jurídica que permite o manejo do RE e do REsp, da violação à norma jurídica que permite a utilização da ação rescisória, conclui-se, sem sombra de dúvidas, que os institutos têm como causa de cabimento a mesma hipótese normativa;

17. Nesse sentido, diante da efetiva existência de dois dispositivos que preveem a possibilidade de utilização de meios de impugnação diferentes com o mesmo fundamento – na violação à norma jurídica (art. 102, III, art. 105, III, da CF/88 e art. 966,

V, do CPC/15)–, devem ser-lhes dada interpretação de forma que, dentro do possível, seja excluída a sobreposição de tais meios de impugnação;

18. Para esse fim, deve o art. 966, V, do CPC/15 ter sua interpretação restringida a casos em que é demonstrada (i) a causalidade da norma violada para o resultado do julgamento e (ii) a subsidiariedade do fundamento da violação à norma jurídica;

19. Em relação à exigência de subsidiariedade, esta deve ser compreendida como a comprovação, pela parte autora da ação rescisória, da utilização de todos os meios disponíveis para ter sido prevalente o entendimento do tribunal responsável pela interpretação da norma violada;

20. Como sugestão de alteração legislativa para dar maior racionalidade ao sistema processual brasileiro, sugere-se a revogação do art. 966, V, do CPC/15, prevendo-se hipóteses específicas para o ajuizamento de ação rescisória com base na violação à norma jurídica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- The Roman Law Library. <http://droitromain.upmf-grenoble.fr/Corpus/d-49.htm#1>.
- ALVIM, Arruda, Araken de Assis, e Eduardo Arruda Alvim. Comentários ao código de processo civil 3. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2014.
- ALVIM, J. E. Carreira. Ação rescisória comentada. Curitiba: Juruá, 2009.
- AMERICANO, Jorge. Estudo Theorico e Pratico da Acção Rescisoria dos julgados no Direito Brasileiro 3ª Edição correcta e aumentada. São Paulo: Saraiva, 1936.
- ARRUDA ALVIM, José Manoel de, e Terese Arruda Alvim. “Qualificação jurídica do fato feita equivocadamente dá azo à rescisória - art. 485, V.” Revista de Processo, vo. 76, 1994: 166-179.
- ASCARELLI, Tullio. “La funzione del diritto comparato.” In: Studi di diritto comparato e in tema de interpretazione, 41-54. Milano: Giuffrè, 1952.
- . “Premesse allo studio del diritto comparato.” In: Studi di Diritto Comparato e in tema di interpretazione, 3-40. Milano: Giuffrè, 1952.
- . “Giurisprudenza costituzionale e teoria dell'interpretazione.” Rivista di diritto processuale, 1957: 351-364.
- ASSIS, Araken de. Cumulação de ações. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.
- . Manual dos recursos - 7ª ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
- . “Eficácia da coisa julgada inconstitucional.” Revista Dialética de Direito Processual, Julho de 2003: 9-28.
- ÁVILA, Humberto. “Ciência do direito tributário e discussão crítica.” Revista Direito Tributário atual, 2014: 159-197.
- . “Função da Ciência do Direito Tributário: do Formalismo Epistemológico ao Estruturalismo Argumentativo.” Revista de direito tributário atual, 2013: 181-204.
- . Segurança Jurídica no Direito Tributário: entre permanência, mudança e realização. São Paulo: Tese de Titularidade, 2009.
- . Teoria da igualdade tributária 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- . Teoria dos princípios, da definição à aplicação dos princípios jurídicos, 4ª ed. rev, 2ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2005.
- . “Teoria giuridica dell'argomentazione.” In: Analise e Diritto 2012, por Paolo Comanducci e Riccardo Guastini, 11-40. Madrid: Marcial Pons, 2012.
- AZEVEDO, Luiz Carlos de. Origem e introdução da apelação no direito lusitano. São Paulo: FIEO, 1976.

BAPTISTA, Francisco de Paula. *Compendio de theoria e pratica do processo civil comparado com o comercial e de hermeneutica jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1935.

BARBI, Celso Agrícola. *Do mandado de segurança* 2ª ed. - revist e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1966.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Comentários ao Código de Processo Civil*, lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, vol. V, arts. 475 a 565. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

—. “Considerações sobre a causa de pedir na ação rescisória.” In: *Temas de direito processual (Quarta Série)*, 205-213. São Paulo: Saraiva, 1989.

—. “Considerações sobre a chamada 'relativização' da coisa julgada material.” In: *Temas de direito processual (nona série)*, 235-265. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

—. *O juízo de admissibilidade no sistema dos recursos cíveis*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1969.

—. *O novo processo civil brasileiro* - 29ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

—. “O problema da 'divisão do trabalho' entre o juiz e partes: aspectos terminológicos.” *Revista de Processo* Vol. 41, 1986: 7-14.

—. “Ação rescisória: objeto do pedido de rescisão.” *Revista brasileira de direito processual*, 1984: 15-24.

—. “Correlação entre o pedido e sentença.” *Revista de processo*, jul./set de 1996: 207-215.

BARIONI, Rodrigo Otávio. *Ação rescisório e recursos para os Tribunais Superiores* 2ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

BARZOTTO, Luis Fernando. *Filosofia do direito: os conceitos fundamentais e a tradição jusnaturalista*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

BAUR, Fritz. “Da importância da dicção 'iura novit curia'.” *Revista de Processo* vol. 3, 1976: 169-177.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo: influência do direito material sobre o processo*. 6. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

BELTRÁN, Jordi Ferrer. *La valoración racional de la prueba*. Madrid Barcelona Buenos Aires: Marcial Pons, 2007.

—. *Prueba y verdade en el derecho* (2.ª edición). Madrid Barcelona : Marcial Pons, 2005.

BENEDUZI, Renato. *Introdução ao processo civil alemão*. Salvador: Juspodivum, 2015.

BETTI, Emilio. *Interpretazione della legge e degli atti giuridici (teoria generale e dogmatica)*. Seconda edizione. Milano: Giuffrè, 1971.

BOBBIO, Norberto. *Dalla Struttura alla funzione. Nuovi stusi di teoria del diritto*. Roma-Bari: Editori Laterza, 2007.

—. *L'età dei diritti*. Torino: Einaudi, 1997.

—. Teoria geral do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BONICIO, Marcelo José Magalhães. Proporcionalidade e processo: a garantia constitucional da proporcionalidade, a legitimação do processo civil e o controle judicial das decisões judiciais. São Paulo: Atlas, 2006.

BRAGA DA CRUZ, Guilherme. “A formação histórica do moderno direito privado português e brasileiro.” *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo* 55 (1955): 32-77.

BRAGA DA CRUZ, Guilherme. “O direito subsidiário na história di direito português.” *Revista da consultoria-Geral do Estado [do Rio Grande do Sul] (Consultoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul)* 4, n. 10 (1974): 11-149.

BUENO VIDIGAL, Luis Eulálio de. Da ação rescisória dos julgados. São Paulo: Saraiva, 1948.

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil, vol. 5: recursos, processos e incidentes nos tribunais, sucedâneos recursais: técnicas de controle das decisões judiciais. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

—. “Quem tem medo de prequestionamento?” *Revista dialética de direito processual*, abril 2003: 23-53.

BUIKA, Heloisa Leonor. O formalismo no juízo de admissibilidade dos recursos. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, 2014.

BUZAID, Alfredo. “A crise do Supremo Tribunal Federal.” *Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. v. 55, 1960: 327-372.

CABRAL, Antônio do Passo. Nulidades no processo moderno: contraditório, proteção da confiança e validade prima facie dos atos processuais. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

—. “O novo procedimento-modelo (Musterverfahren) alemão: uma alternativa às ações coletivas.” *Revista de Processo*, maio de 2007: 123-146.

CALAMANDREI, Piero. “Il giudice e lo storico.” In: *Opere giuridiche* Vol. I, 393-426. Napoli: Morano Editore, 1965.

—. *Introduzione allo studio sistematico dei provvedimenti cautelari*. Padova: CEDAM, 1936.

—. “La Cassazione Civile. Vol. I.” In: *Opere Giuridiche*. Vol. sesto. Napoli: Morano Editore, 1976.

—. “La Cassazione Civile. Vol. II.” In: *Opere giuridiche a cura di Maruro Cappelletti*. Volume Settimo. Napoli: Morano Editore, 1976.

—. “La distrazione dei giudici come motivo di nullità delle sentenza.” In: *Opere Giuridiche* Volume Ottavo, 499-500. Napoli : Morano Editore, 1979.

—. “La sentenza soggettivamente complessa.” In: *Opere giuridiche* Vol. Primo, 106-144. Napoli: Morano Editore, 1965.

- . “La teoria dell'error in iudicando” nel diritto italiano intermedio.” In: Opere Giuridiche Volume Ottavo, 147-244. Napoli: Morano Editore, 1979.
- . “Appunti sulla "Reformatio in Peius".” Rivista di diritto processuale civile, 1929: 297-307.
- . “Appunti sulla sentenza come fatto giuridico.” Rivista di diritto processuale civile, 1932: 15-23.
- . “Il giudice e lo storico.” Rivista di diritto processuale civile. Vol. XVI, 1939: 105-128.
- . “Processo e giustizia.” Rivista di Diritto Processuale Vol. V., 1950: 273-290.
- . “Sopravvivenza della querela di nullità nel processo civile vigente.” In: Opere Giuridiche. Vol. Ottavo, 515-529. Napoli: Morano Editore, 1979.
- . “Sulla distinzione tra "error in iudicando" ed "error in procedendo".” In: Opere Giuridiche, 285-299. Napoli: Morano Editore, 1979.
- . “Verità e verosimiglianza nel processo civile.” Rivista di diritto processuale, 1995: 164-192.
- . “Vizi della sentenza e mezzi di gravame.” In: Opere Giuridiche Volume Otavvo, 245-284. Napoli: Morano Editore, 1979.
- CALASSO, Francesco. Medio evol del diritto . vol. I. Le fonti. Milano: Giuffrè, 1954.
- CALMON DE PASSOS, J. J. A ação no direito processual civil brasileiro. Salvador: Juspodivum, 2014.
- . “As razões da crise de nosso sistema recursal.” In: Meios de ipmugnação ao julgado civil, por Adroaldo Furtado Fabrício, 365-381. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. Ação rescisória 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- . Lições de direito processual civil. vol. 1. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- . Lições de direito processual civil: vol. 2. 22ª Ed. São paulo: Altas, 2013.
- CAMBI, Eduardo. “Coisa julgada e cognição secundum eventum probationis.” Revista de Processo vol. 109, 2009: 71-96.
- CANARIS, Claus-Wilhelm. Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito. Trad. A. Menezes Cordeiro. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- CAPOGRASSI, Giuseppe. “Giudizio processo scienza verità.” Rivista di Diritto Processuale. Vol. V, 1950: 1-22.
- CAPONI, Remo. L'efficacia del giudicato civile nel tempo. Milano: Giuffrè, 1991.
- CAPPELLETTI, Mauro. Juízes legisladores? tradução de Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. reimpressão. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1999.

CARNACINI, Tito. “Tutela giurisdizionale e tecnica del processo.” In: Studi in onore di Enrico Redenti nel XL anno del suo insegnamento. vol. II, 693-772. Milano: Giuffrè, 1951.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Recurso especial, agravos e agravo interno. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CARNEIRO, Tânia Aoki. Recurso especial e ação rescisória: contra a ofensa à norma jurídica (com comentários ao PL 8046/2010). Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

CARNELUTTI, Francesco. “Riflessioni sulla condizione giuridica della sentenza soggetta alla impugnazione.” Rivista di diritto processuale civile vol. V parte II, 1928: 189-195.

—. “La certezza del diritto.” Rivista di diritto processuale civile, 1943: 81-91.

—. “Verità, dubbio, certezza.” Rivista di diritto processuale, 1965: 5-9.

CARVALHO, Milton Paulo de. O pedido no processo civil. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1992.

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito tributário, linguagem e método. 3ª ed. São Paulo: Noeses, 2009.

CASTANHEIRA NEVES, Antônio. Metodologia jurídica. Problemas fundamentais. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

—. Questão-de-Facto - Questão-de-Direito ou o problema metodológico da juridicidade (ensio se uma reposição crítica). Coimbra: Almedina, 1967.

CAUTAUELLA, Antonino. “Fattispecie.” In: Enciclopedia del diritto. vol. XVI, 926-941. Milano: Giuffrè, 1967.

CAVALLONE, Bruno. “Riflessioni sulla cultura della prova.” Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale, Luglio-Settembre de 2008: 947-983.

—. “In difesa della Veriphobia (considerazioni amichevolmente polemiche su un libro recente di Michele Taruffo).” Rivista di Diritto Processuale, 2010: 1-26.

CAZETTA JÚNIOR, José Jesus. “Os assentos da casa de suplicação.” Revista do Advogado 84 (2005): 73-87.

CHIASSONI, Perluigi. Tecnica dell'interpretazione giuridica. Bologna: Il Mulino, 2007.

CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de direito processual civil Vol. I 3ª ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1969.

—. Instituições de direito processual civil Vol. III 3 ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1969.

—. “Le forme nella difesa giudiziale del diritto.” In: Saggi di diritto processuale civile (1894 - 1937) Volume Primo, 353-378. Milano: Giuffrè, 1993.

—. Principii di diritto processuale civile. Napoli: Cada Editrice Dott. Eugenio Jovene, 1965.

—. “Rapporto giuridico processuale e litispendencia.” In: Saggi di diritto processuale civile (1894-1937) Volume secondo, 375-398. Milano: Giuffrè, 1993.

—. “Romanismo e Germanismo nel Processo Civile.” In: Saggi di diritto processuale civile (1894 - 1937) Volume Primo, 181-224. Milano: Giuffrè, 1993.

—. “Identificazione delle azioni. Sulla regola 'ne eat iudex ultra petita partium'.” In: Saggi di diritto processuale civile - volume primo, 157-177. Milano: Giuffrè, 1993.

CIMARDI, Cláudia Aparecida. A jurisprudência uniforme e os precedentes no Novo Código de Processo Civil brasileiro. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. Sobre os limites objetivos da apelação civil. São Paulo, 1986.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo, Ada Pellegrini Grinover, e Cândido Rangel Dinamarco. Teoria geral do processo 22ª Edição, revista e atualizada. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

COELHO, Vicente de Faria. Recurso de Revista. Rio de Janeiro: Editôra Nacional de Direito Ltda, 1957.

COMOGLIO, Luigi Paolo. “Garanzia costituzionali e 'giusto processo'.” Revista de Processo, 1998: 91-150.

COMOGLIO, Luigi Paolo, Corrado FERRI, e Michele TARUFFO. Lezioni sul processo civile. I. Il processo ordinario di cognizione. Bologna: Il Mulino, 2011.

COMOGLIO, Luigi Paolo, Claudio CONSOLO, Bruno SASSANI, e Romano VACCARELLA. Comentario del codice di procedura civile. IV. Torino: UTET, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em números 2016: ano-base 2015. Brasília: CNJ, 2016.

CONSO, Giovanni. “La certezza del diritto: ieri, oggi, domani.” Rivista di diritto processuale. Vol. XXV, 1970: 547-559.

CONSTANTINESCO, Léontin-Jean. Il metodo comparativo. Torino: G. Giappichelli Editore, 2000.

CORRÊA, Fábio Peixinho Gomes. O objeto litigioso no processo civil. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. Recursos para os tribunais superiores no novo CPC. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

COSTA, Alfredo de Araújo Lopes da. Medidas preventivas: Medidas preparatórias - Medidas de conservação. 3ª ed. São Paulo: Sugestões Literárias S.A., 1966.

COTTA, Sergio. “Certezza di essere nel diritto.” In: La certezza del diritto: Un valore a ritrovare. Firenze, 2 - 3 ottobre 1992, 77-89. Milano: Giuffrè, 1993.

COUTO E SILVA, Almiro do. O princípio da segurança jurídica (proteção à confiança) no direito público brasileiro e do direito da administração de anular seus próprios atos administrativos: o prazo decadencial do art. 54 da lei do processo administrativo da União

(Lei nº 9.784/99). Revista da Procuradoria-Geral do Estado [do Rio Grande do Sul, p. 33-74, 1971.

CRETELA JÚNIOR, José. Do mandado de segurança. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. A causa petendi no processo civil. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

—.. “*Ainda sobre a nulidade da sentença imotivada.*” Em:

<http://revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=r1&srguid=i0ad82d9a000001598d13b9475ec8909f&docguid=I4788d2f0f25711dfab6f010000000000&hitguid=I4788d2f0f25711dfab6f010000000000&spos=1&epos=1&td=185&context=8&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1>, acesso 09/01/2017

—.. “*Ainda sobre a nulidade da sentença imotivada.*” Revista de Processo, Outubro de 1989: 223-233.

—.. “*A causa petendi na ação rescisória.*” Revista Forense Vol. 339, 1997: 109-112.

—.. Comentários ao Código de Processo Civil: artigos 485 a 583. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

—.. “*Impugnação judicial da deliberação de assembleia societária e projeções da coisa julgada.*” In: Processo Societário, por Flavio Luiz Yarshell e Guilherme Setoguti J. Pereira, 461-474. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

—.. Jurisdição e Poder: (Contribuição para a história dos recursos cíveis). São Paulo: Saraiva, 1987.

—.. e Luiz Carlos de Azevedo. Lições de história do processo civil lusitano. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

—.. Lições de história do processo civil romano - 1 ed. 2 tir. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

—.. Lições de processo civil canônico (história e direito vigente). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

DAMAŠKA, Mirjan R. The faces of justice and state authority - a comparative approach to the legal process. New Haven and London: Yale University Press, 1986.

DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo 12ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

—.. Capítulos de sentença. 5ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

—.. “*Liebman e a cultura processual brasileira.*” Revista de processo V. 119, janeiro 2005: 259-284.

—.. Nova era do processo civil 4ª ed. rev. atual e aument. São Paulo: Malheiros, 2013.

DITTRICH, Lotario. “La ricerca della verità nel processo civile: profili evolutivi in tema di prova testimoniale, consulenza tecnica e fatto notorio.” *Rivista di Diritto Processuale*, Gennaio-Febbraio de 2011: 108-125.

ELIAS, Carlos Eduardo Stefen. *Apelação: os limites objetivos do efeito devolutivo*. São Paulo: Atlas, 2010.

ENGISCH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico - 10.^a edição*, trad. J. Baptista Machado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. “Réu revel não citado: “querela nullitatis” e ação rescisória.” *AJURIS*, Março de 1988: 7-32.

FALZEA, Angelo. “Accertamento (Teoria generale).” In: *Enciclopedia del Diritto*. Vol. I, 205-219. Milano: Giuffrè, 1958.

—. “Efficacia giuridica.” In: *Enciclopedia dell diritto*. Vol. XIV, 432-509. Milano : Giuffrè Editore, 1965.

FAZZALARI, Elio. *Il giudizio civile di cassazione*. Milano: Giuffrè, 1960.

—. *Note in tema di diritto e processo*. Milano: Griuffrè, 1957.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. *A ciência do direito 2^a ed. 17. reimpr.* São Paulo : Atlas, 2010.

FLACH, Daisson. *A verossimilhança no processo civil e sua aplicação prática*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

FOIS, Sergio. “Legalittà (principio di).” In: *Enciclopedia del diritto*. vol. XXIII, 659-703. Milano: Giuffrè, 1973.

FONSECA, João Francisco Naves da. *Exame dos fatos no recurso extraordinário e especial*. São Paulo: Saraiva, 2012.

FRATE, Paolo Alvazzi Del. “Aux origines du référé législatif: interprétation et jurisprudence dans les cahiers de doléances.” In: <http://www.scribd.com/doc/254477/Refere-legislatif-cahiers1789>. acesso em 30.10.2010.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. 8^a ed. Bragança Paulista: Vozes, 2007. p. 373.

GAGARIN, Michael. *Early Greek law*. Los Angeles: University of California Press, 1989.

GIANNINI, Massimo Severo. “Certeza pubblica.” In: *Enciclopedia del diritto* Vol. VI, 769-791. Milano: Giuffrè Editore, 1956.

GIUDICEANDREA, Nicola. “Impugnazioni (diritto processuale civile).” In: *Novissimo Digesto Italiano*. Vol. VIII, por Antonio Azara e Ernesto Eula, 385-407. Torino: Vnione Tipografico - Editrice Torinese, 1968.

GOMES, Orlando. *Raízes históricas e sociológicas do Código Civil brasileiro*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GRAU, Eros Roberto. “O direito posto e o direito pressuposto.” In: O direito posto e o direito pressuposto, 43-83. São Paulo: Malheiros, 2008.

—. Por que tenho medo dos juízes (a interpretação/aplicação do direito e os princípios). São Paulo: Malheiros, 2013.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro, volume 1. 23ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

—. Direito processual civil brasileiro, volume 2 (atos processuais a recursos e processos nos tribunais) 22ª ed. . São Paulo : Saraiva, 2013.

GRECO, Leonardo. Instituições de direito processual, volume I 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini. “Efeito devolutivo do recurso especial tipicidade e possibilidade jurídica. Teoria da asserção. Retorno do processo ao Tribunal a quo para julgamento do mérito.” Revista brasileira de ciências criminais, V. 9, n. 34, 2001: 223-236.

—. Ensaio sobre a processualidade: fundamentos para um nova teoria geral do processo. Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2016.

GUASTINI, Riccardo. Il giudice e la legge. Torino: Giappichelli Editore, 1995.

—. Interpretare e argomentare. Milano: Guiffè, 2011.

—. La sintassi del diritto. Torino: G. Giuappichelli Editore, 2014.

HASSEMER, Winfried. “O sistema de direito e a codificação: a vinculação do juiz à lei.” Revista da AJURIS n. 36, 1986: 181-197.

HESPANHA, António Manuel. Cultura jurídica europeia: síntese de um milénio. Coimbra: Almeida, 2012.

HESSE, Konrad. Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editora, 1998.

IRTI, Natalino. L'età della decodificazione. quarta edizione . Milano: Giuffrè, 1999.

JORGE, Flávio Cheim. Apelação cível: teoria geral e admissibilidade - 2ª ed. rev. e atual de acordo com a Lei 10.352/2001. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

Kaser, Max. Direito Privado Romano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

KELSEN, Hans. “A intervenção federal (Contribuição à teoria e prática do Estado federativo, com particular atenção à Constituição do Reich alemão e à Constituição federal austríaca).” In: Jurisdição constitucional , 47-117. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

—. “O controle judicial da constitucionalidade (Um estudo comparado das Constituições austríaca e americana).” In: Jurisdição constitucional, 299-319. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

—. Teoria pura do direito. trad. João Baptista Machado 8ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

Knijnik, Danilo. A exceção de pré-executividade. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000.

—. A prova nos juízos cível, penal e tributário. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

—. O recurso especial e a revisão da questão de fato pelo Superior Tribunal de Justiça. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.

LA CHINA, Sergio. “Giusto Processo, Laboriosa Utopia.” *Rivista dell diritto processuale*, 2005: 1111-1126.

LACERDA, Galeno. “Considerações críticas sobre o prequestionamento.” *Revista Forense*, vol. 346, 1999: 199-210.

—. Despacho Saneador 3ª Edição. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1990.

LARENZ, Karl. *Methodenlehre der Rechtswissenschaft*. Berlin Heidelberg: Springer Verlag, 1975.

—. Metodologia da ciência do direito - 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

LENT, Friedrich. “Contributto alla dottrina dell'oggetto del processo.” *Jus Rivista di scienze giuridiche*, 1953: 433-473.

—. *Diritto processuale civile tedesco*. Napoli: Morano Editore, 1962.

LEONEL, Ricardo de Barros. Causa de pedir e pedido: o direito superveniente. São Paulo: Método, 2006.

—. “Objeto litigioso do processo e o princípio do duplo grau de jurisdição.” In: Causa de pedir e pedido no processo civil (questões polêmicas), por José Rogério Cruz e Tucci e José Roberto dos Santos Bedaque, 342-410. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

—. Reclamação Constitucional. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

—. Tutela jurisdicional diferenciada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

LIEBMAN, Enrico Tullio. “Efeitos da sentença e coisa julgada.” In: Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada, 274-284. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.

—. *Efficacia ed autorità della sentenza (ed altri scritti sulla cosa giudicata)*. Milano: Giuffrè, 1962.

—. “Execução e ação executiva.” In: Estudos sobre o processo civil brasileiro, 23-62. São Paulo: Bestbook Editora, 2004.

—. Manual de direito processual civil 3ª Ed. Vol I Tradução e notas de Cândido Rangel Dinamarco. São Paulo : Malheiros, 2005.

—. *Problemi del processo civile*. Napoli: Morano Editore, 1962.

LIMA, Alcides de Mendonça. Introdução aos recursos cíveis. 2ª ed. rev. e atualizada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.

LOBO DA COSTA, Moacyr. A revogação de sentença. São Paulo: Ícone, 1995.

—. “Reflexões críticas sobre a ação rescisória.” Revista de Processo vol. 39 , 1985: 163-177.

—. “Cumulação de juízos na ação rescisória.” Revista de Processo, 1986: 39-163.

LOEWNSTEIN, Karl. Teoría de la Constitución. Segunda edición. Barcelona: Ediciones Ariel, 1970.

LONGO, Mario. “Verbete Certezza del diritto.” In: Novissimo Digesto Italiano. Vol. III, 124-129. Torino: Unione Tipografico - Editrice Torinese, 1966.

LOPES, José Reinaldo de Lima (Coordenador). O Supremo Tribunal de Justiça do Império (1828-1889). São Paulo: Saraiva, 2010.

LOPES, José Reinaldo de Lima. O direito na história: lições introdutórias - 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUHMANN, Niklas. “A posição dos tribunais no sistema jurídico.” Revista da AJURIS n. 49, 1990: 150-168.

LÜKE, Wolfgang. Zivilprozessrecht 10. Auflage. München: Verlag, 2011.

MACCORMICK, Neil. Retórica e Estado de Direito. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

—. Rhetoric and the rule of law: a theory of legal reasoning. Oxford: Oxford University Press, 2010.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Acesso à justiça: condicionantes legítimas e ilegítimas. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Recurso extraordinário e recurso especial 13ª ed. de acordo com as Leis 11.417/2006, 11.418/2006, 11.672/2008 e emendas regimentais do STF e STJ. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

MARDER, Alexandre S. Das invalidades no direito processual civil. São Paulo : Malheiros Editores, 2010.

MARINONI, Luis Guilherme, e Daniel Mitidiero. Repercussão geral no recurso extraordinário. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme. O STJ enquanto corte de precedentes: recompreensão do sistema processual da Corte Suprema 2ª ed., rev., atual. e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

—. Precedentes obrigatórios 3. ed. rev. atual e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

—. Técnica processual e tutela dos direitos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

—. Tutela antecipatória e julgamento antecipado: parte incontroversa da demanda 5ª ed. rev., atual. e ampl. da obra Tutela antecipatória, julgamento antecipado e execução imediata da sentença. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

MARINONI, Luiz Guilherme, e Daniel Mitidiero. Código de processo civil comentário artigo por artigo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

—. Comentários ao Código de Processo Civil: artigos 1º ao 69. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

—. Comentários ao Código de Processo Civil: artigos 926 ao 975. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme, e Sérgio Cruz Arenhart. Manual do Processo de Conhecimento - 5ª ed. ver., atual. e ampl. . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARINONI, Luiz Guilherme, Sérgio Cruz Arenhart, e Daniel Mitidiero. Novo curso de processo civil: teoria do processo civil, volume 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

—. Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum, volume 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MARSHALL, Geoffrey. "What is binding in a precedent." In: Interpreting precedents: a comparative study, por Neil MacComick e Robert S. Summers, 503-517. London: Dartmouth, 1997.

MATHIEU, Martial, e Patricia Mathieu. Histoire des institutions publiques de la France: Des origines franques à la Revolution. Grenoble: PUG, 2008.

MAURER, Hartmut. "A revisão jurídico-constitucional das leis pelo tribunal constitucional federal." In: Fundamentos do Estado de Direito. Estudos em homenagem ao professor Almiro do Couto e Silva, por Humberto Ávila (org.), 169-198. São Paulo: Malheiros, 2005.

MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. 13ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. Precedentes - O desenvolvimento judicial do direito no constitucionalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição Constitucional. 5ª ed. 4ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENDES, Gilmar, e Ives Gandra da Silva Martins. Controle concentrado de constitucionalidade: comentários à Lei n. 9.868, de 10-11-1999- 3ª ed. . São Paulo: Saraiva, 2009.

MENESTRINA, Francesco. La pregiudiziale nel processo civile. Milano: Giuffrè, 1963.

MITIDIERO, Daniel. Antecipação de tutela: da tutela cautelar à técnica antecipatória. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

- , Colaboração no processo civil: pressupostos sociais, lógicos e éticos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.
- , Comentários ao Código de Processo Civil: tomo II (Arts. 154 a 269). São Paulo: Memória Jurídica, 2005.
- , Cortes superiores e cortes supremas: do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.
- , Elementos para uma teoria contemporânea do processo civil brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- MORAES, José Rubens de. Evolução histórica da execução civil no direito lusitano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- MUSIELAK, Hans-Joachim. Grundkurs ZPO 11. Auflage. München: Verlag, 2012.
- NERY JR., Nelson. “Coisa julgada e Estado democrático de Direito. n. 96.” Revista da AJURIS, 2004: 233-259.
- NERY JÚNIOR, Nelson. Teoria geral dos recursos. 7ª ed. rev. e atual. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2014.
- NOGUEIRA, Gustavo Santana. Precedentes vinculantes no direito comparado e brasileiro. 2. ed. rev., ampl. e atualizada. Salvador: Juspodivm, 2016.
- Novíssima Delta Larousse. Enciclopédia e Dicionário. Vol. III. Rio de Janeiro: Editora Delta S.A.
- NUNES, José de Castro. Do mandado de segurança e de outros meios de defesa contra os atos do poder público. - 8ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Do formalismo no processo civil 2 ed. rev e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.
- , Teoria e prática da tutela jurisdicional. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de, e Danie Mitidiero. Curso de processo civil: volume 1: teoria geral do processo civil e parte geral do direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2010.
- OLIVEIRA, Ricardo Victalino de. A configuração assimétrica do federalismo brasileiro. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2010.
- OÑADE, Flavio López de. La certeza del derecho. Trad. Santiago Sentís Melendo y Marino Ayerra Redin. Buenos Aires: EJE, 1953.
- ORESTANO, Ricardo. L'appello civile in diritto romano. corso di diritto romano. Torino: G. Giappichelli, 1953.
- PEIXOTO, Ravi. Superação do precedente e segurança jurídica - 2. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Juspodivum, 2016.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. v. 1. Introdução ao direito civil; teoria geral do direito civil. 22ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

—. Instituições de direito civil. V. 4. Direitos reais 19ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

PEREIRA, Guilherme Setoguti J. Impugnação de deliberações de assembleia de S/A. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

PERELMAN, Chaïm. Lógica jurídica: nova retórica. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PICARDI, Nicola. “La vocazione del nostro tempo per la giuridizione.” *Rivista trimestrale di diritto processuale civile*, 2004: 41-71.

—. “Storia del processo e della dottrina processuale: il giudice secondo l'ideologia medioevale.” *Rivista di diritto processuale*, novembro-dicembre de 2007: 1475-1496.

PIMENTA BUENO, José Antônio. Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império. Brasília: Senado Federal, 1978.

PROTO PISANI, Andrea Proto. “Sulla tutela giurisdizionale differenziata.” *Rivista del diritto processuale*, 1979: 536-591.

PIZZORUSSO, Alessandro. “Sul principio del doppio grado di giurisdizione.” *Rivista di Diritto Processuale*, 1978: 33-58.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários ao Código de processo civil: Tomo I. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

—. Comentários ao Código de processo civil: Tomo II. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

—. Comentários ao Código de processo civil: Tomo III 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

—. Comentários ao Código de processo civil: Tomo V. Rio de Janeiro: Forense, 1974.

—. Comentários ao Código de Processo Civil: Tomo VII. São Paulo: Forense, 1975.

—. Comentários ao Código de Processo Civil: Tomo VIII. São Paulo: Forense, 1975.

—. Comentários ao Código de Processo Civil: Tomo XIII. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

—. Fontes e evolução do direito civil brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

—. Tratado da ação rescisória das sentenças e de outras decisões. 5ª. ed. corrigida, posta em dia e aumentada. . Rio de Janeiro: Forense, 1976.

—. Comentários ao Código de processo civil: Tomo VI 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

PUGLIESE, Giovanni. “Giudicato Civile.” In: *Enciclopedia del Diritto*, 727-893. Milano: Giuffrè Editore, 1969.

PUGLIESE, Giovanni. “Giugicato civile (dir. vig.).” In: *Enciclopedia del diritto* vol. XVIII, 727-893. Milano: Giuffrè, 1968.

—. “Note sull'ingiustizia della sentenza nel diritto romano.” *Rivista di diritto processuale*, 1960: 182-232.

RAMINA DE LUCCA, Rodrigo. Limites à mudança jurisprudencial. https://www.academia.edu/7777005/Limites_%C3%A0_Mudan%C3%A7a_Jurisprudencial, acesso em 26/12/2016.

—. O dever de motivação das decisões judiciais. Salvador: Juspodivm, 2015.

REALE, Miguel. Lições preliminares de direito 27ª ed. . São Paulo: Saraiva, 2002.

RICCI, Edoardo F. Il giudizio civile di rinvio. Milano: Giuffrè, 1967. *passim*.

ROCCO, Alfredo. La sentenza civile. Torino: Fratelli Bocca Editori, 1906.

ROSEMBERG, Leo, Karl Heinz Schwab, e Peter Gottwald. Zivilprozessrecht 17., neu bearbeitete Auflage. München: Velag, 2010.

ROSSONI, Igor Bimkowski. “A causa de pedir dos recursos e nos recursos.” *Revista brasileira da advocacia* ano 1 vol. 2, 2016: 65-89.

—. “Coisa julgada e pretensões concorrentes na doutrina de Enrico Tullio Liebman: o problema da impugnação de decisão assemblear no direito brasileiro.” In: *Processo Societário - Volume II*, por Flávio Luiz Yarshell e Guilherme Setoguti J. Pereira, 341-357. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

—. “O “Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas” e a Introdução do Group Litigation no Direito Brasileiro: Avanço ou Retrocesso?” <http://www.tex.pro.br/home/artigos/44-artigos-dez-2010/4740-o-incidente-de-resolucao-de-demandas-repetitivas-e-a-introducao-do-group-litigation-no-direito-brasileiro-avanco-ou-retrocesso>, acesso em 06/11/2016.

—. “O processo justo e a decisão justa no ordenamento brasileiro.” *Res Severa Verum Gaudium*, 2009: 31-45.

—. “Questão infraconstitucional no juízo constitucional: o Supremo Tribunal Federal como juízo de revisão do Superior Tribunal de Justiça?” In: *Direito processual constitucional*, por José Carlos Baptista Puoli, Marcelo José Magalhães Bonício e Ricardo de Barros Leonel, 87-114. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

SANCHES, Sydney. “Objeto do processo e objeto litigioso do processo.” *Ajuris*, Julho de 1979: 133-156.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais 8ª ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2007.

SATTA, Salvatore. “Giurisdizione (nozione generali).” In: *Enciclopedia del diritto*. vol. XIX, 218-229. Milano: Giuffrè, 1970.

SATTA, Salvatore. “Gli effetti secondari della sentenza.” *Rivista di diritto processuale civile* vol. XI Parte I, 1934: 251-272.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. O direito de defesa no processo civil brasileiro: um estudo sobre a posição do réu. São Paulo: Atlas, 2011.

- . Preclusão processual civil 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das normas constitucionais 8ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2012.
- . Do recurso extraordinário no direito processual brasileiro. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1963.
- SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. História do Direito Português. Fontes de Direito 5ª Edição, Revista e Actualizada. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- SILVA, Ovídio A. Baptista da. A ação cautelar inominada no direito brasileiro 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992.
- . Curso de Processo Civil, vol. 1.: processo de conhecimento – 7 ed. ver e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- . Da sentença liminar à nulidade da sentença. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- . Do processo cautelar 4ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- . Processo e ideologia: o paradigma racionalista - 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- . “A função dos tribunais superiores.” GENESIS - Revista de direito processual civil, 1999: 485-498.
- SOUZA JÚNIOR, Cezar Saldanha. O tribunal constitucional como poder: uma nova teoria da divisão dos poderes. São Paulo: Memória Jurídica Editora, 2002.
- TARELLO, Giovanni. Dottrine del processo civile: Studi storici sulla formazione del diritto processuale civile. Bologna: Il Mulino, 1989.
- . L'interpretazione della legge. Milano: Giuffrè, 1980.
- . Storia della cultura giuridica moderna. Bologna: Il Mulino, 1998.
- TARUFFO, Michele. La semplice verità. Il giudice e la costruzione dei fatti. Roma-Bari: Editori Laterza, 2009.
- . “Giudizio: processo, decisione.” In: Sui confini: scritti sulla giustizia civile, 157-175. Bologna: Il Mulino, 2002.
- . Il vertice ambiguo: saggi sulla cassazione civile. Bologna: Il Mulino, 1991.
- . “Institutional factors influencing precedents.” In: Interpreting precedents: a comparative study, por Neil MacCormick e Robert S. Summers, 437-460. London: Dartmouth, 1997.
- . La Prueba. Madrid: Marcial Pons, 2008.
- . “Il giudice e lo storico: considerazioni metodologiche.” Rivista di diritto processuale, Luglio-Settembre de 1967: 438-465.
- . “Contro la Veriphobia. Osservazioni sparse in risposta a Bruno Cavallone.” Rivista di Diritto Processuale, Settembre-Ottobre de 2010: 995-1011.

—. “Precedente e giurisprudenza.” *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, setembro de 2007: 709-725.

—. “Idee per una teoria della decisione giusta.” *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, março de 1997: 315-328.

TARZIA, Giuseppe. *Profili della sentenza civile impugnabile: l'individuazione della sentenza*. Milano: Giuffrè, 1967.

TESHEINER, José Maria Rosa. “Em tempo de reformas: o reexame de decisões judiciais.” In: *Meios de impugnação ao julgado civil: estudo em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira*, por Adroaldo Furtado Fabrício, 383-401. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil - Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento - vol. I*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

VALADÃO, José Arildo. *A nova função do recurso extraordinário*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

VIEHWEG, Theodor. *Tópica e jurisprudência: uma contribuição à investigação dos fundamentos jurídicos-científicos*; tradução da 5 ed. Alemã, rev. e ampl., de Prof^a Kelly Sysane Alflen da Silva. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Ed., 2008.

VILLATA, Riccardo. *L'esecuzione delle decisione del consiglio di stato*. Milano: Giuffrè, 1971.

WALD, Arnold. *Do mandado de segurança na prática judiciária* 3^a ed. rev. aument. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

—. *Controle das decisões por meio de recursos de estrito direito e de ação rescisória: recurso extraordinário, recurso especial e ação rescisória: o que é uma decisão contrária à lei?* São paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, e ...[e al.] coordenadores. *Breves comentários ao Novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

WATANABE, Kazuo. *Cognição no processo civil* 4^a ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, 4^a ed. 4^a reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

—. *Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriß d. verstehenden Soziologie*. 5 rev. Aufl. Tübingen: Mohr, 1980.

WIEACKER, Franz. *História do direito privado moderno*. 3^a Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Ação rescisória: juízo rescindente e juízo rescisório no direito positivo brasileiro*. São Paulo: Tese para concurso de Libre-Docência, 2004.

—. *Curso de direito processual civil Vol. I*. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

—. Tutela jurisdicional 2ª ed . São Paulo: DPJ Editora, 2006.

ZAGREBELSKY, Gustavo. Il diritto mite: Legge diritto giustizia. Torino: Einaudi, 1992.

—. “Processo costituzionale.” In: Enciclopedia del Diritto. vol. XXXVI Processo - Progressione, 521- 712. Milano: Giuffrè, 1987.

ZANETI JR., Hermes. O valor vinculante dos precedentes: teoria dos precedentes normativos formalmente vinculantes. 2. ed. rev. e atual. Salvador: Juspodivum, 2016.

ZAVASCKI, Teori Albino. “Prefácio.” In: Exame dos fatos nos recursos extraordinário e especial, por João Francisco Naves da Fonseca. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

—. “Jurisdição constitucional do Superior Tribunal de Justiça.” Revista de Processo, Outubro de 2012: 13-23.